

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2024

1. Dados Gerais da Reunião

Tema da Reunião				
Data da Reunião	Horário		Local	Presidente da Reunião
	Início	Término		
28/2/2024	16h	17h15	Sala da Comissão de Orçamento	Dep. Any Ortiz

2. Conselheiros presentes

Nome		Cargo
1.	Deputada Any Ortiz	Presidente do Conselho Consultivo de Comunicação Social
2.	Cláudia Lemos	Diretora-Executiva de Comunicação e Mídias Digitais em exercício
3.	Aline Braga	Conselheira
4.	Gustavo Ferenci	Conselheiro
5.	Kátia Chagas	Conselheira
6.	Mateus Schuch	Conselheiro
7.	Bruno Augusto Guimarães Barros de Mattos	Representando o Secretário de Interação, Participação e Mídias Digitais, nos termos do §3º do art. 3º do Ato do Presidente da Câmara de 22/8/2019.
8.	Daniela Guerson André	Representando o Secretário de Comunicação Social, nos termos do §3º do art. 3º do Ato do Presidente da Câmara de 22/8/2019.
9.	Gustavo Araújo Santos	Representando o Ouvidor-Geral, nos termos do §3º do art. 3º do Ato do Presidente da Câmara de 22/8/2019.
10.	Rui Carlos Privati Cortes	Representando o Secretário da Transparência, nos termos do §3º do art. 3º do Ato do Presidente da Câmara de 22/8/2019.

3. Itens da Pauta

1. Aprovação das atas da 2ª e 3ª reuniões ordinárias de 2023.
2. Aprovação da agenda de reuniões para 2024.
3. Apresentação da minuta de cartilha sobre linguagem simples, em fase final de elaboração do texto.
4. Retorno sobre organização de pronunciamentos por tema, feita na reunião anterior pela presidente.
5. Outros assuntos.



4. Síntese

Síntese	
Abertura	
4.1	<p>Deputada Any Ortiz (Presidente) Inicia a reunião. Informa a designação de representantes de conselheiros para a reunião, listados no item 2.</p>
Aprovação das atas da 2ª e 3ª reuniões ordinárias de 2023	
4.2	<p>Deputada Any Ortiz (Presidente) Consulta os presentes sobre a necessidade de leitura das atas, enviadas previamente aos conselheiros. Consulta também sobre a existência de correções a serem feitas.</p> <p>Leitura dispensada e atas aprovadas por unanimidade, sem alterações. As atas serão publicadas no sítio do Conselho no portal da Câmara dos Deputados, no endereço: https://www2.camara.leg.br/comunicacao/conselho-de-comunicacao/reunioes</p>
Aprovação da agenda de reuniões para 2024	
4.3	<p>Deputada Any Ortiz (Presidente) Consultas os presentes sobre a proposta de agenda de reuniões enviada previamente. Ressalva que se trata de uma sugestão de agenda, para facilitar a programação dos conselheiros, podendo ser alterada posteriormente, caso seja necessário.</p> <p>Os presentes debatem a proposta e aprovam a seguinte agenda, sujeita a ajustes eventualmente necessários: 22/5/2024 (presencial), 28/8/2024 (on-line), 6/11/2024 (presencial) e 26/2/2025 (presencial).</p>
Apresentação da minuta de cartilha sobre linguagem simples	
4.4	<p>Deputada Any Ortiz (Presidente) Convida a servidora Patricia Roedel, da Diretoria Executiva de Comunicação e Mídias Digitais, a apresentar a minuta de manual de linguagem simples para o Poder Legislativo.</p> <p>A produção do manual havia sido decidida na 3ª reunião ordinária do Conselho em 2023, em função da aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 6256/2019, que institui a Política Nacional de Linguagem Simples e atualmente aguarda apreciação pelo Senado Federal. A minuta do manual foi enviada previamente aos conselheiros.</p> <p>Patricia Roedel Agradece o convite para redigir o manual. Informa que já existe uma norma internacional de linguagem simples e que é relatora da norma atualmente em elaboração pela ABNT. Pede a colaboração dos conselheiros para aperfeiçoar o texto e acrescentar exemplos de outras casas legislativas além da Câmara dos Deputados. Apresenta a estrutura do manual e as próximas etapas de produção, conforme slides anexos.</p> <p>Deputada Any Ortiz (Presidente) Destaca a importância de como a Câmara dos Deputados se comunica, uma vez que ela é referência</p>



para a replicação de notícias em todo o país. A cartilha será um caminho importante para usar a linguagem simples na instituição e incentivar o uso por outras instituições.

Aline Braga

Diz que está contente em ver a proposta já encaminhada pelas mãos da Patricia Roedel. Propõe que sejam impressos alguns exemplares do manual, para distribuição aos integrantes da Rede Legislativa de Rádio e TV Digital, encabeçada pela Câmara dos Deputados. Propõe ainda uma articulação com a Astral, Associação de Televisões e Rádios Legislativas, para o Conselho levar a cartilha aos eventos da associação, de modo que a cartilha chegue às assembleias e

Patricia Roedel

Sugere procurar também a Interlegis.

Cláudia Lemos

Sugere usar todos os canais possíveis para divulgação. Lembra que a ABCPública, Associação Brasileira de Comunicação Pública, também pode colaborar, tendo fechado recentemente acordo de cooperação com a Abel, Associação Brasileira de Escolas do Legislativo. Sugere propor, via ABCPública, um evento virtual de divulgação da cartilha. Diz ainda que acredita ser possível fazer uma versão impressa do material.

Patricia Roedel

Esclarece que a linguagem simples poderia ser usada também em projetos de lei, sentenças e outros documentos dirigidos a públicos técnicos, facilitando a estrutura dos textos e sua compreensão, ainda que mantendo a linguagem técnica. Existem iniciativas nesse sentido no Poder Judiciário, mas ainda não na Câmara dos Deputados.

Kátia Chagas

Relata que leu a minuta da cartilha e elogia o material. Sugere ainda incluir um glossário de termos legislativos, como o que existe no site da Assembleia Legislativa do Paraná. Destaca que é obrigação traduzir uma linguagem que é muito técnica e afasta o cidadão.

Patricia Roedel

Cita testes feitos com usuários quando da reformulação do portal da Câmara dos Deputados, que mostraram como eles não compreendem termos como proposição – substituído por proposta – ou até notas taquigráficas – substituído no menu por Discursos e debates.

Mateus Schuch

Observa que escrever simples é mais difícil e que muitas vezes se tem receio de ser impreciso, mantendo por isso o termo técnico. Sugere incluir no manual, uma vez que será on-line, um dicionário de sinônimos ou de equivalências os termos mais utilizados.

Cláudia Lemos

Enfatiza que um dos pontos mais importantes do manual é enfatizar a fase de planejamento, considerando qual é o público que se pretende atingir, de modo a adequar a estrutura e linguagem a ele.



	<p>Patricia Roedel Sugere que glossários já existentes, como o da Assembleia Legislativa do Paraná e o da Câmara dos Deputados, sejam referenciados como links no manual.</p> <p>Gustavo Ferenci Relata que na confecção da carta de serviços da Prefeitura de Porto Alegre foram revisados 675 serviços. Depois de pronto, foi aberto um canal para o cidadão e as contribuições levaram a mais de 500 modificações. O resultado é que a carta foi considerada recentemente a melhor do país. Sugere que seja incluído no cronograma do manual de linguagem simples um processo de revisão periódica e, se possível, um canal de sugestões para revisão do manual.</p> <p>Deputada Any Ortiz (Presidente) Sugere incluir a apresentação da cartilha no encontro anual da Unale, União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Seria uma oportunidade de o Conselho estar no evento e mostrar o trabalho para os parlamentares estaduais do Brasil como a Câmara está tratando já o assunto da linguagem simples.</p> <p>Gustavo Santos Sugere incluir no plano de capacitação da Câmara dos Deputados treinamentos em linguagem simples para quem formula respostas ao público demandadas pela Ouvidoria ou faz o atendimento ao público, como a equipe do serviço 0800. Às vezes os documentos vêm das áreas em linguagem muito complexa, que precisa ser simplificada, uma vez que o cidadão tem direito de saber.</p> <p>Rui Cortes Questiona se está previsto levar o modelo de linguagem simples para quem está na ponta, como os atendentes terceirizados da centra 0800 porque são eles que falam em nome da Câmara dos Deputados. Cita que a Secretaria da Transparência faz parte do Comitê Gestor do Relacionamento.</p> <p>Patricia Roedel Informa que já houve oficinas para provedores de conteúdo do portal e para jornalistas, sendo que a próxima prevista é para os atendentes.</p> <p>Gustavo Ferenci Relata que foi colocado no edital de contratação de serviços da Prefeitura de Porto Alegre esse tipo de capacitação e sugere que a Câmara dos Deputados avalie essa possibilidade.</p> <p>Cláudia Lemos Sugere, como encaminhamento, que a Direx prepare um cronograma de conclusão e divulgação do manual, incorporando as sugestões apresentadas, inclusive de divulgação externa e treinamento interno.</p> <p>Encaminhamento aprovado.</p>
Retorno sobre organização de pronunciamentos por tema ou proposição legislativa	
4.5	<p>Deputada Any Ortiz (Presidente) Lembra que sugeriu na reunião anterior disponibilizar a busca de pronunciamentos dos</p>



parlamentares não só por sessão, ou por parlamentar, mas também por proposição legislativa apresentada.

Convida a servidora Patricia Roedel, da Supervisão de Portal da Diretoria Executiva de Comunicação e Mídias Digitais, a dar retorno sobre a questão. Informa que vai assistir à exposição e depois precisará se ausentar para um tratamento de saúde. Solicita que Cláudia Lemos assuma a presidência da reunião quando de sua retirada e pede desculpas pela ausência.

Patricia Roedel

Demonstra, no portal, as várias opções de consulta de pronunciamentos de parlamentares disponíveis: página geral de Discursos, página do Deputado, página do evento legislativo (Acompanhe), páginas dos Temas.

Demonstra ainda, conforme apresentação anexa, que a consulta dos pronunciamentos sobre um projeto de lei, sugerida pela Presidente do Conselho, está prevista na ficha de tramitação amigável, ou fácil. Esclarece que essa versão da ficha foi criada porque em testes realizados com usuários, 80% não conseguiam localizar informações na versão técnica da ficha, que continua disponível, como opção principal, visando os usuários mais especializados. Informa que 99,87% dos usuários da ficha de tramitação são externos à Câmara dos Deputados: foram 10 milhões de usuários externos em 2023 e 14 mil usuários internos. Desses 10 milhões de usuários externos, 65% optaram pela ficha amigável, ou seja, 6,5 milhões de acessos no ano. Acrescenta que 76% dos acessos ao portal são feitos por celular e que a ficha de tramitação amigável é responsiva, ou seja, se adapta para visualização nos aparelhos, ao contrário da ficha técnica.

Ressalva que a versão amigável da ficha foi lançada em 2018, mas apresenta uma série de erros. Um deles é que a exibição de pronunciamentos não está funcionando. Outro é que em vários casos o relator exibido não é o atual, mas o anterior; também em vários casos o resumo da proposta exibido é de outra proposta; a tramitação das medidas provisórias não é exibida, porque a informação vem do portal do Senado; da mesma forma, as etapas de tramitação no Senado e a sanção presidencial não são exibidas; o parecer do relator não é exibido; o texto aprovado não é exibido; entre outras falhas, pendentes de correção desde 2020.

Cláudia Lemos

Esclarece que existe uma fila de demandas para a área de tecnologia da informação que é grande, em função da limitação da capacidade de atendimento.

Gustavo Ferenci

Pergunta como é a gestão de tecnologia da informação (TI) na Câmara dos Deputados, se existe uma quantidade de horas para cada diretoria.

Cláudia Lemos

Esclarece que existe uma governança, com um comitê diretor que define prioridades setoriais e que prioridades corporativas são definidas pela alta administração. Acrescenta que as demandas são muito maiores do que a capacidade da área de atender. Cita que no concurso em andamento há vagas de profissionais de TI. Destaca que no contexto de escassez a prioridade é dada para demandas estritamente ligadas à atividade legislativa, como a ficha de tramitação, e que mesmo entre elas há uma fila.



Gustavo Ferenci

Pergunta se não é possível terceirizar parte dos serviços.

Cláudia Lemos

Esclarece que já existe mão de obra terceirizada trabalhando. Acrescenta que a diretriz da TI é adquirir externamente o que for possível, mas que a ficha de tramitação é exemplo de recurso que utiliza informações dos sistemas internos. O que poderia ser feito é priorizar, uma vez que as páginas de proposições legislativas são uma das três áreas mais acessadas do portal, junto com as notícias e páginas de deputados.

Gustavo Ferenci

Afirma que o Conselho poderia recomendar a priorização, mas questiona se a busca de pronunciamentos por tema é o mais importante na fila de pedidos da comunicação.

Patricia Roedel

Esclarece que a TI não lida só com o portal, mas também com sistemas variados, como o de votação, que é legislativo, ou mesmo o de eventos, que é de comunicação. Argumenta que o caso da ficha de tramitação não é de priorização de um projeto, mas de manutenção corretiva. Informa que entre as prioridades da Diretoria de Comunicação para manutenção corretiva, a ficha de tramitação é a primeira.

Aline Braga

Sugere que se todos estiverem de acordo o Conselho faça a recomendação de priorização da correção, inclusive com a justificativa de evitar a desinformação. Relata que acessa as fichas quase que diariamente e que as usava para produzir um programa da TV Assembleia de Sergipe, tendo depois descoberto que algumas informações equivocadas foram o ar porque considerava que esse era um tipo de dado de fonte oficial que não precisaria ser confirmada por telefonema. Argumenta que os erros na ficha geram um carrossel de desinformação.

Gustavo Ferenci

Defende que se faça a recomendação. Considera sério não se poder confiar em um documento oficial.

Patricia Roedel

Esclarece que a questão foi tratada internamente em um processo e que a posição da área de TI foi de retirar a ficha amigável do ar, uma vez que os problemas não são apenas de programação, mas também de preenchimento de dados, de correção complexa. Mas a Diretoria de Comunicação defendeu que fosse corrigida, uma vez que é a preferida de 65% dos usuários.

Mateus Schuch

Defende que não se pode deixar no ar uma informação oficial sabidamente equivocada.

Aline Braga

Defende que a solução não seja a retirada do ar, mas sim a correção.



	<p>Patricia Roedel Relata que outros recursos que foram tirados do ar não voltaram ao portal.</p> <p>Gustavo Ferenci Observa que não se sabe o tamanho do esforço para correção.</p> <p>Cláudia Lemos Sugere, como encaminhamento, que seja feita a recomendação de correção, para provocar uma avaliação mais precisa pelas áreas técnicas do esforço necessário para essa correção e uma decisão da administração. Propõe que um texto de recomendação seja submetido posteriormente à aprovação dos conselheiros.</p> <p>Todos de acordo com a proposta.</p>
Outros assuntos	
4.6	<p>Gustavo Ferenci Comenta que identificou no portal da Câmara dos Deputados a agenda das comissões, mas não do Presidente, nem da Mesa Diretora, sendo a publicação dessa informação uma recomendação inclusive de tratados internacionais de combate à corrupção que o Brasil assinou desde 2006. Cita que existe um sistema que o Poder Executivo utiliza.</p> <p>Patricia Roedel Informa que existe recurso para que os deputados escolham disponibilizar a agenda em suas páginas.</p> <p>Gustavo Ferenci Sugere que o Conselho amadureça a discussão sobre o melhor encaminhamento para a questão.</p> <p>Todos concordam.</p> <p>Cláudia Lemos Agradece em nome da Presidente a presença de todos e encerra a reunião.</p>

5. Decisões

	Item	Responsável
5.1	Publicar atas aprovadas	Cláudia Lemos
5.2	Elaborar cronograma de produção e divulgação do manual de linguagem simples	Cláudia Lemos
5.3	Concluir a redação do manual de linguagem simples	Patricia Roedel
5.4	Preparar texto de recomendação para que os erros na ficha de tramitação sejam corrigidos e submeter à apreciação dos conselheiros	
5.6	Próxima reunião: 22/5/2024, às 15h	



6. Fechamento da ata

Data da ata	Ata assinada por
7/3/2024	Deputada Any Ortiz
Aprovada pelo Conselho em	18/3/2024

